

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A natureza da explicação histórica da obra:

“Raízes dos Batistas Potiguares”

Magda Aparecida Galvão Dantas

NATAL/RN

2005

Magda Aparecida Galvão Dantas

A natureza da explicação histórica da obra:

“Raízes dos Batistas Potiguares”

Monografia de graduação apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pelo professor Wicliffe Andrade Costa, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do mesmo.

NATAL/RN

2005

*A Deus que iluminou meus caminhos, para
que eu conseguisse vencer mais esta etapa
da minha vida e aos meus pais que sempre
estiveram do meu lado.*

AGRADECIMENTOS

A Wicliffe Andrade Costa que durante todo este semestre teve paciência em corrigir os meus difíceis textos, que contribuiu sobremaneira para tornar este trabalho realizável e pela instrução na orientação do mesmo.

A Marília Dantas Dias, minha querida filha, que mesmo tão pequena conseguiu compreender minhas ausências durante a realização deste trabalho.

A Luciene Câmara Martins pelo companheirismo, amizade e o tempo disponibilizado para as correções de português.

Aos meus irmãos Fábio, Fagner, Magaly e “Bezinho”, que me apoiaram e que sempre tiveram uma palavra positiva nos momentos mais difíceis. Obrigada a todos.

A Kalby Andson Eloi Leite pela compreensão e paciência dedicadas, e pelo incentivo durante os diversos desabafos, além do apoio, carinho e atenção voltados a mim.

Enfim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra acreditaram no meu potencial, mesmo quando a batalha parecia estar perdida, dividiram comigo à vontade de realizar esse estimável sonho. A todos dedico a minha grande realização pessoal e acadêmica.

“O tamanho do vilão determina o tamanho do herói. Sem Golias, Davi seria apenas um rebelde atirando pedras”.

(Billy Cristal)

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO.....	07
2.0	OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE.....	09
3.0	NATUREZA DA EXPLICAÇÃO HISTÓRICA.....	16
4.0	A EXPLICAÇÃO HISTÓRICA EM <i>RAÍZES DOS BATISTAS POTIGUARES</i>	28
5.0	CONCLUSÃO.....	40
6.0	BIBLIOGRAFIA.....	42

INTRODUÇÃO

O historiador ao realizar seu trabalho deve refletir sobre a forma como esse conhecimento é construído. Existe na realidade, a necessidade de analisar o processo, a forma, a metodologia utilizada para se explicar a história. A partir dessa análise é que conseguiremos compreender os porquês de um determinado fato ter sido descrito desta ou daquela forma. A proposta deste trabalho é trazer à tona esta reflexão sobre a metodologia do trabalho do historiador. Muitos acreditam que esta análise não cabe ao historiador. Estes defendem que essa reflexão cabe mais ao filósofo. No entanto, temos outros historiadores que aceitam que essa compreensão sobre a metodologia aplicada é realmente fundamental à compreensão do seu ofício.

Na verdade para compreendermos este caráter da explicação iremos recorrer à filosofia. Não que acreditamos que este trabalho cabe apenas aos filósofos, porque, ao realizar a busca dessa compreensão, o historiador estará entendendo melhor o seu próprio trabalho e, assim, podendo perceber melhor o que interfere no resultado do mesmo.

O primeiro problema com que nos deparamos é com a objetividade e subjetividade da história. Este problema nos levará a uma reflexão filosófica consciente e crítica. Analisaremos os conceitos de objetividade e subjetividade demonstrados por Schaff¹ em seu trabalho *História e Verdade*. Apresentaremos os modelos dos processos cognitivos citados pelo autor. Trabalharemos com o conceito de verdade, tanto a absoluta e relativa como a parcial e total. Com esta exposição tentaremos demonstrar que, ao tentar lançar luz sobre o passado do homem, o historiador embuti em seu trabalho traços de subjetividade.

Em seguida veremos questões relativas à natureza da explicação histórica. Questionaremos até que ponto a natureza da ciência histórica assemelha-se às ciências empíricas? Quais são esses tipos de explicação? Como são essas explicações da ciência histórica? Na busca de responder estas questões analisaremos as idéias de autores conhecidos tais como: Marrou,² Bloch,³ Collingwood.⁴ Além de estudarmos outros autores

¹ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

² MARROU, H-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975.

³ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. [S.l.]: Publicações Europa-América, 1987.

⁴ COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

que avaliaram estas idéias e formularam determinadas posições como, por exemplo, Dray,⁵ Rocha,⁶ Walsh.⁷

Baseados nessas concepções é que iremos, num segundo momento deste trabalho, analisar a luz dessas reflexões utilizando o trabalho de Mário Jesiel de Oliveira Alexandre⁸ com o título de *Raízes dos Batistas Potiguares*. Nessa análise veremos a questão da objetividade e subjetividade. Além de tentarmos identificar qual a natureza da explicação histórica que o autor utilizou em seu trabalho. Destacaremos em cada tópico o caráter da explicação histórica.

A referida obra marcou a estréia de Mário Jesiel de O. Alexandre como autor, que aos 23 anos, filho de poeta e pastor, e membro da Juventude Batista do Rio Grande do Norte-JUBARN se dedicou durante quatro anos a concretizar um documentário sobre a origem dos Batistas Potiguares. Nesta época o autor fazia parte do corpo de membros da Igreja Batista do Bairro Vermelho, em Natal.

Depois de examinarmos a questão da subjetividade em sua obra, veremos, na prática, como a problemática metodológica da ciência histórica tem um papel de extrema relevância no ofício do historiador. Observaremos como essas questões deixam marcas no resultado do trabalho científico. E compreenderemos que eliminar estas características é uma árdua tarefa.

⁵ DRAY, William H. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

⁶ ROCHA, Filipe. *Teorias sobre a história*. Braga (Portugal): Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.

⁷ WALSH, W.H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁸ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. *Raízes dos Batistas Potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NA CIÊNCIA HISTÓRICA

A filosofia surgiu com a admiração dos homens perante os mistérios do mundo. A história associa-se estritamente com a filosofia. Podemos observar isto nas variadas visões de historiadores para o mesmo acontecimento, uma vez que cada um tem o seu sistema de valores, e estes são expressões de interesses de classes opostas, e divergentes concepções do mundo.

Elevando o nível de reflexão da ciência histórica especificamente científica, veremos que estas questões filosóficas são analisadas por profissionais de alta competência. Os filósofos que praticam a reflexão teórica sobre a ciência da história pronunciaram-se com mais frequência sobre a questão da objetividade e subjetividade. Então, nosso tema principal é a objetividade do conhecimento histórico, a estrutura da explicação na história, o que fundamenta esta explicação. Se os acontecimentos são sempre vistos de diferentes formas através dos olhos dos historiadores, então como poderemos realmente nos certificar que se trata de uma ciência?

A subjetividade da história pode vir a retirar a objetividade da mesma? Para respondermos essas questões faremos uso da filosofia. De acordo com Schaff:¹

[...] se os historiadores se alimentam das migalhas das teorias filosóficas em circulação, é realmente à filosofia que é preciso imputar a principal responsabilidade pela confusão teórica que reina nos historiadores, sobretudo quando se trata de problemas no limite da história e da filosofia.

Muitos historiadores acreditam que a responsabilidade da reflexão sobre a metodologia do trabalho na história cabe apenas aos filósofos. No entanto, a reflexão filosófica é necessária para descobrir e esclarecer a problemática teórica e metodológica. O exemplo mais claro disso é o problema da objetividade e subjetividade na história.

Para que possamos compreender até que ponto a ciência da história é objetiva ou subjetiva, em primeiro lugar, precisamos definir os conceitos de objetividade e subjetividade.

¹ SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 71.

A situação apresenta-se como segue: a problemática teórica e a metodologia, diferentemente das técnicas de investigação no domínio da ciência da história, tem preocupado principalmente os filósofos e muito raramente os historiadores. O problema da objetividade do conhecimento da verdade na ciência da história, problema filosófico por excelência, tem sido deixado de lado por historiadores, isso porque a teoria do conhecimento tradicional contribuiu para obscurecer esse processo de conhecimento.

Iniciaremos por uma reflexão filosófica consciente e crítica. Para descobrir e esclarecer a problemática da teoria e metodologia devemos observar os três modelos do processo do conhecimento, que são eles: os modelos mecanicista, idealista e o último, que caracteriza-se por ter elementos do primeiro e do segundo modelo.

Ao analisarmos o processo do conhecimento devemos, em primeiro lugar, destacar seus elementos fundamentais. Só depois de compreendermos a essência de cada elemento constituinte deste processo é que, posteriormente, entenderemos o produto do mesmo.

Em primeiro lugar temos o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o produto deste processo cognitivo, que é o conhecimento. Entenderemos o processo do conhecimento como sendo uma interação específica do sujeito que conhece e do objeto a ser conhecido. O resultado serão os produtos mentais que chamaremos de conhecimento.

Num primeiro modelo fala-se da construção mecanicista da **teoria do reflexo**, que consiste na teoria de que o sujeito não exerce influência alguma no seu objeto de estudo. Na verdade, o produto desse processo não passa de um reflexo do objeto estudado. Nesse caso, o sujeito é um agente passivo, pois suas ações não interferem no produto do conhecimento.

O segundo modelo idealista e ativista é aquele em que o foco está direcionado ao sujeito sendo atribuído a este o papel de criador da realidade. Marx, citado por Adam Schaff² observou a superioridade do idealismo sobre o materialismo pré-marxista no fato dele desenvolver o lado ativo da filosofia, porque esse modelo desenvolve o lado filosófico na teoria do conhecimento. Confirmando a tese psicológica que define o fundamento teórico, esta será o ponto de partida para proceder as observações e análises do processo do conhecimento. Esta análise determina a fixação da atenção sobre este ou aquele aspecto da realidade, como o foco visa o sujeito enfatizando assim o fator subjetivo do processo do

² SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 71.

conhecimento, conseqüentemente tudo dependerá deste ou daquele aspecto da realidade que será avaliado.

No terceiro modelo temos uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro. É no sujeito que o está o foco da observação. Neste terceiro modelo veremos a importância do sujeito no processo da relação cognitiva. Neste caso é atribuído a ele um papel ativo. O sujeito sofre condicionamentos derivados das determinações sociais, que irão introduzir no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida. A concepção do indivíduo humano se faz importante, uma vez que é este agente que desempenha um papel relevante à totalidade da expressão "sujeito que conhece"³. Na verdade temos duas concepções, de um lado uma individualista e subjetiva, e do outro uma social e objetiva.

A concepção individualista e subjetiva declara que o indivíduo está isolado da sociedade e é subtraído à sua ação. Assim, o indivíduo resume-se apenas a um ser biológico, dessa forma ele apenas registra e transforma os impulsos vindos do mundo exterior. Essa concepção pode nos levar a cometermos um erro, porque torna singular a construção do indivíduo humano e o conhecimento deixa de ser uma contemplação para ser uma atividade.

Devemos observar que o homem é igual quanto as suas condições biológicas. Portanto, se partissem desse princípio, os produtos do processo de conhecimento seriam todas iguais. No entanto, o que na verdade temos é um ser biológico com características determinadas pela sociedade na qual ele vive. Sendo assim temos um conhecimento influenciado pelas suas concepções de vida. Diferentemente do resto do mundo animal, o homem é um ser que produz sua cultura e ao mesmo tempo é influenciado por ela. Em outras palavras ele é o produtor e ao mesmo tempo resultado dessa cultura.

Levando-se em consideração esses fatores é que podemos compreender "o homem" não como um ser abstrato, mas sim com um indivíduo concreto, levando em consideração a sua especificidade histórica social e individual. Conseqüentemente, tomando essas considerações, não podemos conceber o sujeito como tendo uma ação passiva na relação cognitiva e sim sempre ativa.

O homem, por ser um conjunto das relações, interfere no domínio do conhecimento. A forma com que o homem distingue elementos determinados está ligada

³ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 74.

ao seu aparelho conceitual, que nos é passado pela transmissão da experiência social. E assim, em nossos julgamentos, embutimos um sistema de valores. Dessa forma, o sujeito não é apenas um espelho que reflete o objeto, e sim um aparelho que orienta e regula, e em seguida transforma os dados fornecidos.

Não podemos esquecer, ou melhor dizendo, omitir que o conhecimento equivale a uma atividade. Esse é um fator muitas vezes esquecido pela análise abstrata.

O processo do conhecimento constitui uma relação particular entre o sujeito e o objeto, existindo objetivamente. O conhecimento é um processo subjetivo e objetivo, tanto na teoria mecanicista como no modelo objetivo-ativista. No entanto, para cada um a subjetividade é interpretada de maneiras diferentes. Portanto, enquanto que para uns o produto do conhecimento é considerado literalmente como sendo cópia, para outros esse produto é visto como um conjunto de representações mentais da realidade.

Verificamos agora os três elementos que constituem a filosofia marxista que vão ao encontro do modelo ativista da relação cognitiva e do modelo mecanicista⁴.

Primeiro há a concepção do indivíduo humano como um ser social, ou seja, como sendo o “conjunto das relações sociais”.

Segundo é a concepção marxista do conhecimento como sendo uma prática, como uma atividade sensível, concreta.

A terceira é a concepção do conhecimento verdadeiro como um processo infinito, visando à verdade absoluta através da acumulação das verdades relativas.

Para respeitar essas teses e aceitá-las necessitamos compreender que o modelo objetivo-ativista da relação cognitiva forma com essas teses um todo orgânico. E como fica a objetividade do conhecimento? Para respondermos esta questão é preciso conceituar o que é objetivo. Observaremos três conceitos mais utilizados: o primeiro é objetivo, o que vem do objeto. O segundo conceito é objetivo o que é válido para todos e não apenas para este ou aquele indivíduo; já o terceiro conceito de objetividade diz do conhecimento que é livre de emotividade, é imparcial.

O segundo e o terceiro sentidos são os que mais nos interessam, para que possamos trabalhar a objetividade utilizada no trabalho científico, a fim de descobrir a verdade objetiva. A objetividade do conhecimento deve possuir um valor universal, imparcial. No entanto, como podemos afirmar isto, se o sujeito que conhece é basicamente um produto das relações sociais, sendo assim subjetivo? Se seguirmos ao pé da letra a expressão

⁴ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 87.

“conhecimento objetivo”, não teremos uma objetividade no conhecimento, mas se entendermos objetividade como um valor relativo comum a todos, nesse caso, teremos objetividade no conhecimento.

A objetividade do processo cognitivo será alcançada quando conseguirmos eliminar o máximo possível o elemento emotivo e parcial infiltrado pelo ser subjetivo que pode vir a deformar o conhecimento. A objetividade nesta concepção será sempre relativa e nunca absoluta, isso porque ela é humana.

O conhecimento científico e as suas produções são, portanto, objetivos e subjetivos, em relação ao objeto a que se referem e do qual são o “reflexo” específico, bem como atendendo ao seu valor universal relativo e à eliminação relativa da sua coloração emotiva-subjetiva no sentido mais geral, por causa do papel ativo do sujeito que conhece.

A influência do sujeito no processo de conhecimento pode ser baseada na estrutura do aparelho perceptivo do sujeito. A língua com a qual este pensa é que o dota de um aparelho conceitual, determinando uma articulação e uma percepção específica da realidade, visto que são os interesses de classe ou de grupo e o sistema de valores que decidem conjuntamente a escolha do indivíduo.

Para compreendermos a objetividade da verdade histórica temos que considerar o conceito de verdade e para isto vamos novamente recorrer à filosofia. Tratando de temas como a verdade absoluta e relativa, e também a verdade total e parcial, nesse texto entendemos a verdade como um juízo verdadeiro ou uma proposição verdadeira, adotando a definição clássica da verdade: é verdadeiro um juízo, do qual se pode dizer que o que ele enuncia é na realidade tal com o é. Esta teoria corresponde à teoria do reflexo. No entanto, mesmo que analisássemos todas as definições expostas sobre a verdade, isso não quer dizer que teremos garantias ou certeza de que o que estamos declarando seja conforme o que é.

Complexo é distinguir a verdade absoluta da relativa. A verdade absoluta consiste num juízo determinado e verdadeiro, independentemente de quaisquer circunstâncias. E a relativa refere-se a um juízo que depende das variáveis que podem diferenciar o juízo da verdade.

Além da reflexão da verdade absoluta e relativa, devemos distinguir o que é verdade parcial e total, conforme descreve Schaff.⁵

O conhecimento de um objeto não equivale, necessariamente, a um juízo único; pelo contrário, refletindo os diversos aspectos e as diversas fases

⁵ SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 96.

do desenvolvimento do objeto, compõe-se de uma seqüência de juízos e constitui um processo. Um juízo pode evidentemente mudar também, tornar-se mais completo, mais complexo, o que é sempre função do desenvolvimento do conhecimento e influi – por sua vez – na forma deste conhecimento.

Devemos observar dois pontos: primeiro é a legitimidade do emprego das expressões “verdade absoluta” e “verdade relativa”. Se observarmos a verdade em relação ao sujeito e às circunstâncias de lugar e de tempo teremos uma verdade que será sempre relativa a estes fatores. Sendo assim, a verdade total é imutável, portanto eterna, enquanto que a verdade parcial é variável. Mas isto nos indica que o conhecimento humano é cumulativo, desenvolvendo-se no tempo e que esse desenvolvimento é acompanhado por uma mudança das verdades formuladas como resultado desse conhecimento. O segundo ponto é que devemos observar a verdade como sendo uma abreviação da expressão “conhecimento verdadeiro”. O conhecimento não equivale a um conhecimento único, mas sim uma seqüência de juízos. Em suma, o conhecimento é um processo assim como a verdade. Tanto o conhecimento como a verdade são processos infinitos e ambos são acumulativos.

Com base em sua concepção é que o historiador deve decidir o que acontecerá com o fato. E sua escolha varia, pois o que é verdade em certo momento do tempo pode não ser em outro momento. Essa afirmação nos leva novamente ao questionamento da verdade, pois não há verdades eternas sobre a natureza humana. Todavia, isso não impossibilita a história de ser uma ciência propriamente dita, apenas nos chama a atenção para o fato de que pensamos que podemos compreender o passado tal como ele era, quando pensamos que podemos compreender nossos contemporâneos. Sendo assim, não se pode dizer que um ato mental não pode ser objetivo, isso é dizer que o ato não pode ser conhecido. Então, o melhor a dizer é que um ato mental pode ser objeto de um outro ato mental, mas não de si mesmo.

Os historiadores esperam lançar luz sobre o passado do homem. Conseqüentemente, além das generalizações específicas que fazem os historiadores, cada qual tendo em vista seus objetivos próprios, tem para cada um deles uma série fundamental de julgamentos nos quais se baseiam seus pensamentos. Esses julgamentos referem-se as características dos seres humanos aos conflitos que surgem em suas vidas. Portanto, o processo histórico é subjetivo.

Podemos observar que diferentes historiadores trazem ao seu trabalho diferentes concepções sobre como os homens se comportam e como deviam se comportar. Isso tem um efeito importante sobre os resultados que obtêm. Dessa forma, as verdades dependem do entendimento histórico e podemos trazer para o entendimento certas noções sobre as possibilidades do comportamento humano.

A existência desses elementos subjetivo constitui um problema importante para a filosofia da história, sendo realmente a principal causa da hesitação que muitas pessoas sentiam se convidadas a concordar que a história é capaz de tornar-se um estudo plenamente científico⁶.

A história é na verdade uma ciência com características peculiares, sendo tanto objetiva como também subjetiva. Objetiva porque tem como alvo de estudo um objeto concreto: o passado humano. E, subjetiva porque é produzida pelo ser humano, que, ao produzi-la, carrega consigo um conjunto de relações sociais que interferem em seu produto final: o conhecimento.

⁶ WALSH, W.H. *Introdução à Filosofia da História*. Zahar. 1978. p. 68

A NATUREZA DA EXPLICAÇÃO HISTÓRICA

Alguns teóricos afirmam que os historiadores deveriam limitar-se a narrar os fatos. Outros acreditam que os historiadores deveriam tanto narrar os fatos como também compreendê-los de forma a lançar luz sobre os acontecimentos. Essa compreensão nos levaria a inteligibilidade através da explicação.

Surge então, uma questão: as explicações históricas são da mesma natureza que as das ciências empíricas como a Física, por exemplo? Existem aqueles que acreditam que há uma identidade. São os chamados positivistas. E os que não acreditam nessa identidade, que são os idealistas, que é preferível denominá-los de antipositivistas para evitar ambigüidades.

Para compreendermos a “idéia” de história necessitamos de início questionar sobre o propósito da investigação histórica. Destacamos a preocupação com o passado, mais especificamente o passado humano. Isso não quer dizer que a história não inclua nesta investigação os acontecimentos naturais, porém estes devem ter interferido na vida humana. Ou seja, se os acontecimentos naturais interferem nos acontecimentos históricos estes serão levados em consideração.⁷

Outro ponto a ser observado é que a história preocupa-se exclusivamente com as atividades dos seres humanos. Isso não quer dizer que essa preocupação refere-se a essas atividades como tais. Para que essas atividades sejam objeto de estudo da história faz-se-á necessário que estas tenham o que alguns chamam de “significação societária”.⁸

O conhecimento histórico não deve contentar-se apenas em refletir a realidade tumultuosa do passado e, sim extrair dela uma inteligibilidade, na busca de apreender o seu objeto de forma tão precisa e completa quando nos for possível compreender e fornecer um certo sentido, isso dentro de certos limites, uma explicação.

Consideremos o esforço que o historiador faz para apreender o espetáculo que lhe proporciona num instante “t” da sua evolução, num ponto limitado que é o objeto da investigação realmente histórica.⁹

O objeto da história encaixa-se em um aspecto singular, isso não quer dizer que não existam realidades históricas, que, mesmo não sendo singulares, possuem um certo caráter

⁷ DRAY, William H. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 13.

⁸ MARROU, H-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975. p. 151.

⁹ DRAY, William H. Op. cit. p. 14.

geral, esses fenômenos elementares, que aparecem, em relação a ela, como parte vivas relativamente a um todo.

Utilizando o exemplo de Atenas, observamos que a realidade singular constituía-se por uma multidão determinada de representantes da espécie humana. Existia também um conjunto de fenômenos elementares, tais como: crença, rituais, entre outras, que viabilizava a compreensão. Para que possamos entender o que era essa Atenas de Pericles, necessitamos analisar todos esses fenômenos elementares. Assim, observemos que tais complexos singulares unidos a uma intuição global relacionassem intimamente, possibilitando a inteligibilidade através de uma explicação que consiste nessa relação intrínseca.

Esta explicação da relação intrínseca, que o historiador deve investigar e precisar seus limites, destaca o objeto em parte e não como um todo. A realidade histórica revela-se vasta e complexa. O historiador não consegue abranger toda esta plenitude, apenas uma parte. Dois exemplos ilustram: um a um sucesso parcial e outro a um fracasso inevitável, em tentar unificar a estrutura composta pelos fenômenos elementares.¹⁰

Como exemplo de um sucesso parcial podemos citar uma cidade antiga. Geralmente procuramos explicá-la através da política, no entanto, alguns aspectos não são demonstrados somente através da política, que não abrange todo o homem antigo, mas devemos considerar também outras questões, tais como: religião, economia e fatores sociais.

O outro exemplo que pode ser considerado é o da cristandade medieval, que em grande parte pode ser explicada pela religião cristã, mas certos setores da vida medieval não estavam ligados a esse aspecto, tornando esse tipo de explicação não apropriada, por não abranger em sua maioria os aspectos da vida medieval como um todo. Assim com cita, Marrou “A unidade é um problema, e não um princípio de que se possa partir”.¹¹

O historiador tem que se superar, tornar a explicação histórica como uma unidade estrutural das civilizações. Os elementos da realidade histórica que fazem parte dos fatos de uma civilização podem estar num estado isolado ou justapostos, mas a estrutura verdadeiramente orgânica é constituída pelos sistemas que podem combinar em várias sínteses.

¹⁰ MARROU, H.I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975. p. 153.

¹¹ *Ibid.* p. 154.

O historiador deve buscar compreender a totalidade do real, ou seja, a integração destes vastos sistemas que fazem parte de um todo. Não podemos esquecer que na verdade o foco do estudo é o ser humano caracterizado pela sua individualidade e especificidade. Isso não impede que existam em certos trabalhos demonstrações de que os historiadores esquecem da individualidade do ser e referindo-se a eles como entidades tais como: proletariados e outros.

A inteligibilidade da história só se é alcançada na medida em que o historiador se mostra capaz de estabelecer e de descortinar as relações que unem cada estágio do devir humano aos seus antecedentes e às suas conseqüências. A tarefa do historiador consiste em buscar as relações e o encadeamento das estruturas estáticas, em momentos em que essa relação não existe, mas o trabalho do historiador consiste nesta busca infinita. O historiador deve compreender o elemento do passado, buscando encontrar essas respostas, tanto as causas com também as conseqüências.¹²

O historiador foi durante muito tempo uma espécie de Juiz dos Enfermos, encarregado de distribuir pelos heróis mortos o elogio ou a reprovação. Uma atitude que corresponde a um instinto fortemente enraizado.¹³

Muitas vezes perde-se o gosto de explicar e o ato de julgar se sobrepõe à explicação. E, para que os preconceitos do presente não interfiram na análise do historiador, far-se-á necessário que nos despojemos do próprio eu. Dessa forma, o historiador prende-se a suas opções e não consegue visualizar outras acepções que, porventura, fosse possível no passado. Mas a palavra chave não é julgar e sim compreender, no entanto, nunca compreenderemos o bastante. Na busca de estabelecer os fatos, os historiadores devem buscar também compreendê-los e para isso se faz necessário explicar estes fatos, ou seja, dar explicações. Neste momento nos deparamos com a seguinte questão: como a explicação histórica acontece? Uma forma de encontrarmos uma resposta é recorreremos a uma ciência como a Física.

Assim como a Física utiliza-se de leis gerais para explicar certos acontecimentos, assim também é na história? Buscaremos através da exposição de condições antecedentes que, combinadas com leis apropriadas, permitam a dedução da ocorrência. Isso não quer dizer que estamos nos referindo às adivinhações ou coisa parecida e sim a uma idéia racional, a da antecipação científica.

¹² MARROU, H-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975. p. 158.

¹³ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. [S.l.]: Publicações Europa América, 1987. p. 123.

Diferentemente de outras ciências, a história não produz suas leis gerais, ela as consome. Porque em termos gerais o que temos é a existência de uma ligação lógica ou conceptual, entre o ter conhecimento de leis e o ser capaz de fornecer explicações defensáveis.

De que forma dever buscar esta compreensão? Uma proposta é a de ordenar os fenômenos humanos por cadeias de fenômenos semelhantes. Classificá-los por gêneros é uma tentativa eficaz. Estas distinções só existem na inteligência e não na realidade, onde tudo se mistura. Então como conseguir compreender? “A ciência só decompõe o real para melhor o poder observar, graças a um jogo de fogos cruzados, cujos raios constantemente se combinam e se inter-penetraram”¹⁴.

Exemplificando melhor, Bloch utiliza-se do exemplo do biologista, que estuda os sistemas de respiração e circulação à parte, mas sem esquecer que há um indivíduo que deve ser explicado como um todo. Na história as dificuldades aumentam, porque não estamos apenas tratando o indivíduo e sim as consciências, o que torna esta tarefa mais árdua.

Então um mesmo indivíduo pode ser analisado pelos seus diversos aspectos: orgânico, religioso, político, entre outros. Mas não devemos esquecer que todos estes formam uma unidade. E se, partindo desse princípio, passarmos para a sociedade, a complexidade aumenta porque não temos uma soma de consciências e sim um produto de consciências individuais que interagem entre si. Não basta apenas analisar em partes a história. Faz-se necessário realizar a conexão dos fatos históricos. Dessa forma, como Bloch afirma: “... o conhecimento dos fragmentos, estudados sucessivamente cada um por si, não propiciará jamais conhecimento do todo; nem mesmo o dos próprios fragmentos”.¹⁵

Analisar a conexão desses fatos só é possível depois de classificá-los por categorias específicas. Não há como compreender o todo sem que antes seja feita uma separação por segmentos iguais. Essa teoria tende a ser a mais plausível, pois não podemos ver a história como uma série de movimentos deliberados, e não podemos deixar de considerar que muitas vezes os homens visam a políticas coerentes.

Outra questão a ser discutida é que mesmo que, frequentemente, seja impossível o recurso para uma explicação metodológica direta em sua forma simples, o próprio fato de

¹⁴ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. [S.l.]: Publicações Europa América, 1987. p. 131.

¹⁵ *Ibid.* p. 135.

que os historiadores tentam agrupar os acontecimentos históricos sobre movimentos e tendências gerais mostram que eles buscam um substituto para ela.

A coligação deve ser ligada por outros processos, para que a explicação histórica seja completa. Quais seriam esses processos? Devem ser de um tipo quase científico, envolvendo a aplicação de princípios gerais a casos particulares.

Esse conhecimento geral consiste em variados grupos de conhecimento dependendo do tipo e da situação histórica a qual estamos falando, como por exemplos: geográficos, psicológicos, econômicos, sociais e religiosos. Não devemos esquecer que esses outros ramos são de grande relevância, porém nenhum deles é tão importante quando o estudo histórico.

Confirmando as colocações acima citadas veremos, a seguir, o texto de Walsh no qual ele comenta a relevância deste método de explicação histórica.

Parece-nos claro que esse processo de “coligação” dos acontecimentos segundo “concepções adequadas”, para usarmos as expressões de Whewell, constitui parte importante do pensamento histórico, e devemos relacioná-lo com o que dissemos ao início do último capítulo, sobre o objetivo que tem o historiador de fazer dos acontecimentos que estuda um todo coerente. Sua maneira de fazer isso é, parece-nos, procurar certos conceitos dominantes, ou idéias principais, pelos quais esclarece seus fatos, estabelecer conexões entre essas idéias e em seguida mostrar como os fatos detalhados se tornam inteligíveis á luz dessas conexões, construindo uma narrativa “significativa” dos acontecimentos do período em questão. Sem dúvida esse programa, em qualquer caso concreto, pode ser realizado com êxito apenas parcial: tanto as idéias-chaves corretas como a percepção de sua aplicação aos fatos estudados nos podem escapar, e a inteligibilidade buscada só pode ser inteligibilidade dentro de um período arbitrariamente delimitado (a menos que o historiador isole uma série de acontecimentos para seu estudo, não poderá nem mesmo iniciar seu levantamento). Reconhecer isso, porém, não modifica o ponto principal de que o processo é usado pelos historiadores e que portanto qualquer estudo da explicação histórica terá de encontrar um lugar para ele.¹⁶

Dentre os positivistas, que são aqueles que afirmam que a história tem a mesma explicação da Física, destaca-se Carl Hempel, que defende um positivismo integral. A explicação histórica tem em vista mostrar que os eventos históricos não são simplesmente uma questão de acaso. São na verdade esperados, pois certos antecedentes ou condições simultâneas podem prever o acontecimento.¹⁷

¹⁶ WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 60.

¹⁷ ROCHA, Filipe. *Teorias sobre a história*. Braga (Portugal): Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982. p. 283.

Essas considerações anteriores são aplicadas na explicação em história, isso porque se baseando em leis gerais, podemos esperar certos acontecimentos em função de alguns antecedentes. Isso não quer dizer que seja algum tipo de adivinhação ou profecia, apenas, uma antecipação científica racional.

A previsão não é determinada como a física, mas se baseia em estatísticas. Sendo assim, certas explicações históricas fundamentam-se na admissão de hipóteses de probabilidade.

Outros autores adeptos do positivismo utilizam-se da teoria de Hempel, mas amenizam a rigidez desta. Como é o caso de Donagan que propõe uma teoria positivista não hempeliana. Positivista, porque a explicação tem de mostrar que o evento tem que acontecer e não hempeliana, porque não há como submeter os vestígios, os efeitos provocadores por um indivíduo a testes de experimentação, assim como na física, por exemplo.¹⁸

Outro simpatizante da teoria positivista é Michael Scriven, mas ele critica a teoria hempeliana porque para o mesmo as explicações da física não servem de padrão. O próprio Hempel não consegue exemplificar sua teoria, nem tão pouco as leis da física são exatas, na verdade elas são aproximativas. Então, como dizer que na história esta seria a explicação mais coerente?

Scriven propõe explicações baseadas em leis menos que universais, leis que não são nem estatísticas, nem universais que possam traduzir aquilo que acontece em circunstâncias normais. Nesse caso incluem-se várias leis naturais, algumas probabilidades, ou seja, generalizações cautelosas.

Para N. Rescher e Olaf Helmer, as explicações históricas baseiam-se em generalizações restritas ou limitadas. Essas generalizações são aplicadas apenas a um determinado período ou determinada área geográfica.

Aqueles que não consideram a realidade histórica radicalmente diversa das coisas da natureza são os denominados de antipositivistas. Seguindo por este caminho, temos o autor Michael Oakeshott. Para ele os acontecimentos históricos baseiam-se na explicação através de pormenores mais amplos e completos. Assim, a explicação histórica consiste na exibição de um conjunto de acontecimentos ligados entre si, onde não se tolera lacuna

¹⁸ ROCHA, Filipe. *Teorias sobre a história*. Braga (Portugal): Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982. p. 284.

alguma, ou seja, uma explicação do tipo genético, na qual a continuidade dos fatos se explica através do homem.

Segundo Collingwood, o único conhecimento possível acerca do passado é mediato, inferencial ou indireto, nunca empírico. O historiador tem por missão reconstituir o passado, no seu próprio espírito. Então deve ver, por si próprio, como é que uma situação poderia ser resolvida. Isto equivale a repensar, por si mesmo, o pensamento do autor em causa.¹⁹

O conhecimento é algo mais do que a consciência imediata. O processo do conhecimento não é, portanto um mero fluxo da consciência. O pensamento não pode ser nunca um mero objeto. Só se pode conhecer a atividade mental de outra pessoa, a partir da suposição de que esta mesma atividade pode ser reconstituída no nosso espírito. Nesse sentido, conhecer o que alguém está a pensar implica pensá-lo para si próprio. Não só isso, mas também se faz necessário saber que o pensamento reconstituído por nós pertence a essa mesma pessoa, no entanto, ao reconstruirmos, passa a ser nosso. Dessa forma, deixa de ser objeto do passado para ser presente.

Não podemos esquecer de avaliarmos alguns pontos, tais como: que a partir do momento que reconstituímos um pensamento isso não quer dizer que seja o mesmo pensamento. O outro fator a analisarmos é que ao reconstruirmos o pensamento o mesmo passa a ser nosso. Mas nunca poderemos saber até que ponto este pensamento é realmente nosso ou do agente da história.

Esta noção de conhecimento de causa nem sempre é a utilizada na busca do conhecimento histórico. A busca das causas só tem sentido se for correlacionada a um todo e não à causa propriamente dita. Na verdade estas causas só são relevantes se considerarmos a própria essência da realidade do passado, para aprendermos onde o resultado de um recorte ou uma seleção do passado pode nos influenciar no trabalho como um todo.

Na explicação histórica proposta por Collingwood podemos encontrar uma teoria ousada e precisa. A teoria idealista da história baseia-se em duas afirmações:²⁰

- 1 – de que a história tem, num sentido que ainda não especificado, como objeto os pensamentos e experiências humanas;
- 2 – de que exatamente por isso, o entendimento histórico tem carácter singular e imediato.

¹⁹ COLLINGWOOD, R.G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 423.

²⁰ WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 47.

Para se explicar a história o historiador penetra na natureza íntima dos acontecimentos que estuda, para apreendê-los, por assim dizer, de dentro.

Devemos observar que a história ocupa-se essencialmente do pensamento. E o que entenderemos aqui como “pensamento” é o pensamento como sendo as experiências humanas.

Collingwood utilizará o conceito de pensamento definido pelas operações intelectuais e não o que ele chama de pano de fundo, pois este não pode ser revivido, mas os pensamentos intelectuais do agente da história sim. O princípio da tese de Collingwood é penetrar além do físico, para compreender o pensamento que está por trás da ação de quem a realizou.

Para Collingwood, somente a partir da reflexão é que poderíamos ter um conhecimento individual e direto. No entanto, essa explicação histórica não se torna muito aceitável. Sendo assim, Walsh sugere que retornemos à afirmação de que a história se ocupa de feitos e experiências dos seres humanos do passado.

Collingwood acredita que a explicação histórica se fundamenta nas seguintes questões: o historiador procura, ao investigar os fatos históricos, não olhar só para o exterior. É a soma do exterior do fato com o interior que forma as ações, por isso o trabalho do historiador não pode acabar na descoberta apenas do exterior dos fatos, porque agindo assim não temos uma ação.

Na história, o objeto de estudo não é apenas um evento e sim um pensamento nele expresso. Para compreender este pensamento o historiador tem a tarefa de se imaginar dentro da própria ação e só assim, distinguir o pensamento do autor dela. A isso Collingwood denomina de compreensão histórica.

Para conseguir atingir essa compreensão histórica Collingwood é categórico: o historiador deve repensar o fato histórico no seu próprio espírito, ou seja, pensá-lo de novo em seu próprio eu. Contudo, diferentemente da física que busca destacar a inevitabilidade dos fenômenos e a racionalidade das explicações, na história procura-se evidenciar a racionalidade dos fatos e a racionalidade das explicações deles.

Algumas críticas foram lançadas à teoria do autor acima citado, tais como: a ridicularização da sua interpretação histórica pelos positivistas, uma vez que os antipositivistas acreditam que toda a história é a história do pensamento e defendem a idéia de que os homens fazem sua própria história, sem levar em consideração que sofrem influências ambientais e naturais. Outro ponto a ser analisado é o fato de muitos

acontecimentos históricos terem sido realizados no calor de certas circunstâncias, dificultando assim a possibilidade de revivermos o ato histórico. Um terceiro a ser ressaltado é que a teoria de Collingwood torna-se impraticável se consideramos a história econômica, por exemplo.

A esta primeira crítica podemos responder que ao tentar analisar o pensamento de uma ação repentina, o historiador tem uma tarefa semelhante ao de um psicanalista. Isso porque, assim como um psicanalista, o historiador deve tentar penetrar no pensamento do agente da história.

A segunda crítica e a terceira “dependem da suposição de que a teoria só será válida se os pensamentos de que se fala, estiverem materializados em atos deliberados de raciocínio ocorridos nas mentes de agentes individuais”.²¹

Devemos levar em conta que o historiador precisa ir além do “re-pensar” os pensamentos, pois muitos personagens históricos chegam a realizar ações que fogem de um pensamento racional.

Mesmo com as críticas recebidas, a teoria idealista de Collingwood pode ser utilizada em parte. Isso porque não basta apenas penetrar além dos fenômenos, sustentando a idéia de que essa penetração seja baseada na intuição. Outros pressupostos que na ocasião interferiram na decisão do agente da história devem ser levados em consideração.

Ao analisarmos o argumento anterior, podemos observar que repensar atitudes de pessoas semelhantes a nós é algo relativamente fácil. Mas como fazer isto quando nos referimos às pessoas totalmente estranhas ao nosso convívio como o caso dos vikingues, por exemplo? Walsh defende a idéia de que:

Temos de descobrir o que estavam pensando, e por que o pensavam, interpretando as evidências de que dispomos, e esse processo de interpretação requer pelo menos uma referência implícita às verdades gerais. O historiador certamente tem de fazer algo diferente do cientista, mas não dispõe de poderes especiais de percepção que o ajudem a realizar sua tarefa.²²

Na verdade, mesmo que o agente da história não possua características semelhantes às pessoas com as quais convivemos, devemos utilizar ao máximo nossa capacidade de percepção, a fim de compreendermos as atitudes do indivíduo.

²¹ DRAY, William H. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 290.

²² WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 56.

Em sua obra, Dray²³ expõe algumas objeções à teoria de Collingwood e algumas soluções a elas: a primeira é que nem sempre as ações humanas são praticadas baseadas em motivos ponderados. Como o historiador poderá desvendá-los? Neste ponto os antipositivistas afirmam que desvendar estes atos é apenas umas das facetas do problema psicofilosófico da compreensão do outro.

Um segundo ponto é que nem sempre o historiador concorda com as ações dos agentes históricos. Mas, neste caso, os antipositivistas alegam que a racionalidade restringir-se-á apenas às ações individuais e não de nações, de movimentos e de instituições, enquanto que os idealistas defendem que os fenômenos de grupo reduzir-se-ão às participações individuais relevantes.

A quarta objeção questiona se ao defender a compreensão ou empatia, Collingwood não está confundido um fato psicológico com um princípio metodológico.

Em resposta aos positivistas os antipositivistas afirmam que a história trata de compreender os homens através das suas ações, e para isso far-se-á necessário penetrar no interior do agente. Todavia, não devemos esquecer que a explicação histórica é racional, no entanto muitas vezes atua livremente.

A quinta objeção questiona sobre como saber que um agente histórico agiu racionalmente. Como saber o que é agir racionalmente? Essas questões só podem ser respondidas individualmente, por isso temos uma ampla variedade de critérios dependendo de cada historiador, levantando com isso a questão da objetividade da história, como já foi mencionada.

Gallie e Dray são alguns autores que preferem deixar de lados estas questões filosóficas e direcionam-se mais na linha da prática dos historiadores.

Para o primeiro, as explicações históricas não pretendem descobrir condições suficientes, mas apenas condições necessárias dos fatos. Já o segundo, Dray, destaca o fato de que os historiadores não devem se limitar a investigar o porquê dos fatos, mas também “como” e o “quê”? A preocupação fundamental do historiador vai mais além do que, precisamente, explicar o quê das coisas, ou seja, como o fato aconteceu sem se basear em leis universais.

Marrou:²⁴

Mas tem de se insistir sobre a dificuldade central que levanta a impossibilidade em que nos encontramos de isolar, a não ser pelo

²³ DRAY, William H. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 290.

²⁴ MARROU, H-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa (Portugal): Livraria Martins Fontes, 1975. p. 160.

pensamento, um elemento ou um aspecto da realidade histórica. A noção vulgar de 'causa' só pode encontrar um uso rigoroso nos casos em que, pela experimentação, é possível constituir um sistema fechado onde se isolará para se observar e fazer variar os efeitos, a ação de uma causa determinada.

A busca dessas causas nos conduzirá à hipótese que se baseia na probabilidade de uma retrospectiva, ou de suposições de como poderia ter sido. A explicação através das causas pode vir tornar o fato mais compreensivo, mas isto não quer dizer que realmente chegou-se ao real, apenas tornou-se o fato mais inteligível. A história deve trocar a investigação das causas pela do desenvolvimento coordenado, fazendo-se uma correlação entre os fenômenos. A explicação em história é a descoberta, a apreensão, a análise dos mil e um laços múltiplos da realidade humana.

É possível ver a verdade como essa correlação de fatos, de sistemas e estruturais, que se relacionam e produzem a verdade propriamente dita. Podemos, assim, pensar num ato do passado e lembrar, até mesmo sentir, em parte, aquilo que foi sentido anteriormente, a isto denominamos memória. Quando eu revivo um ato do passado em espírito e reconheço em mim este ato isso é o conhecimento histórico. A diferença entre memória e história é que, enquanto na história o passado é pensado à medida que é reconstruído, na memória o passado é simplesmente um espetáculo.²⁵

O conhecimento histórico é aquele caso especial de memória, em que o objeto do pensamento presente é pensamento passado, sendo preenchido o hiato entre o passado e o presente, não só pela capacidade que o pensamento presente tem para pensar acerca do passado, mas também pela capacidade que o pensamento passado tem para reviver no presente. Se pensarmos por subjetividade, não o ato de pensar, mas simplesmente a consciência, como uma corrente de estados imediatos, tenderemos a pensar que ao tornar-se subjetivo o ato tornaria-se objetivo.²⁶

Na verdade os historiadores não se referem às leis gerais quando estão explicando os acontecimentos. Mas o que o historiador busca ao explicar os acontecimentos? Temos aqui duas versões: a de Oakeshott, que focaliza seu estudo no fato de que o historiador se preocupa com séries de acontecimentos, que têm caráter único e são insuscetíveis de repetição.

²⁵ COLLINGWOOD. R.G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 436.

²⁶ *Ibid.* p. 437.

Segundo Oakeshott não devemos ignorar o fato de que, ao utilizarem as leis gerais como forma de um método científico, estaremos descartando a investigação histórica. A posição de Oakeshott baseia-se no fato de que o historiador deve estudar os eventos na sua singularidade e particularidade. Diferentemente de um botânico, que basta ter conhecimento de um exemplar de cada espécie para compreender todas as outras, o historiador necessita estudar cada caso para compreender a singularidade de cada um, objetivando uma abordagem histórica.

A EXPLICAÇÃO HISTÓRICA EM RAÍZES DOS BATISTAS POTIGUARES

Nesse segundo momento do trabalho estaremos analisando cada tópico do livro de Mário Alexandre¹ observando o tipo de explicação histórica utilizado.

Neste trabalho observaremos em vários trechos traços da subjetividade. Como vimos no capítulo anterior, a subjetividade é uma característica na ciência histórica, que buscamos eliminar ao máximo. No entanto a eliminação por completo dessa característica é inviável, isso porque nosso objeto de estudo é o passado humano, e o historiador, por ser um ser humano, não consegue abstrair de todos seus traços de personalidade. Não há como eliminar todas as concepções de mundo que o indivíduo carrega em seu ser².

De acordo com essas considerações destacaremos os traços de subjetividade encontrados no trabalho de Mário Alexandre. No primeiro tópico de seu trabalho com o título de “De onde vêm os batistas?” Veremos o seguinte trecho:

Estão eles (os batistas) corretos? Está a sua fé de acordo com os ensinamentos ou doutrinas do Novo Testamento? Pode-se responder assim: Os batistas são fundamentados nos ensinamentos dos apóstolos e profetas, tendo a Jesus Cristo como pedra fundamental. Tomamos a Bíblia, em particular Novo Testamento, com regra de fé e prática³.

Neste trecho podemos verificar que sua posição como membro da igreja pode vir a interferir no desenrolar do livro. Porém, a questão está até que ponto existe essa interferência? E em que pontos poderemos identificar traços de uma metodologia científica? Quais os modelos de explicação histórica encontrados em seu livro?

Em outros trechos de seu trabalho, o autor refere-se ao desenvolvimento dos batistas no Brasil. Identificamos mais traços de subjetividade como no ponto que ele trata da escolha da primeira cidade a ser evangelizada pelos batistas no país.

“Salvador era uma cidade muito católica. Por todo lado pairava o fanatismo católico-romano. Mas esta foi a cidade escolhida por Deus para o início do trabalho batista”.⁴

¹ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. *Raízes dos batistas potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 114.

² SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 65.

³ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. Op. cit. p. 19.

⁴ Ibid. p. 24.

Observamos, neste ponto, que Alexandre busca uma explicação puramente religiosa para justificar a escolha da cidade. Não foi analisada a possibilidade de existirem outros fatores, tais como políticos ou econômicos, que pudessem vir a explicar a escolha desta cidade para os trabalhos de evangelização.

Na mesma página, o autor também afirma: “A Igreja católica e a ignorância religiosa do povo se manifestavam em ódio contra os missionários, e aos crentes que iam se convertendo”. Tem-se aqui expressões da subjetividade pela maneira como se descrevem os opositores. Eles são retratados como ignorantes em termos religiosos, pelo fato de não compartilharem das mesmas crenças que os missionários batistas. Por outro lado, a justificativa descarta outros motivos, que poderiam ser utilizadas para explicar a intolerância religiosa neste período. Esses motivos poderiam ser de origem econômica ou política. Essas possibilidades não foram cogitadas.

Ao fim da sua exposição sobre os grupos religiosos, que a igreja católica considerava acatólicos em nosso estado, detectamos mais traços de subjetividade. No trecho que segue fica clara a posição religiosa do autor:

Incluimos nesta parte grupos religiosos considerados como seitas e não como evangélicos. O intuito foi apenas de relatar em poucas linhas o aparecimento dos primeiros grupos acatólicos no estado, quer sejam evangélicos ou seitas. Sabemos hoje, que as seitas proliferam de maneira assustadora. Temos plantado em nosso solo potiguar outras seitas como, Testemunhas de Jeová, Candomblé, Espiritismo, Moonismo, Meninos de Deus, Messiânicos, Harre Krishna, Seicho-no-iê, ciência cristã, Mormons e outras mais. Conhecer essas comunidades fechadas de cunho radical, que se apresentam com rivais nossas é interessante e deve nos estimular a sair ao campo para uma evangelização eficaz. Não esqueçamos que essas seitas têm desenvolvido em todo o país um arrojado trabalho de “evangelização”. A nossa mensagem não pode ser confundida com as doutrinas desses grupos. É necessário que a conheçamos para que possamos melhor proclamar a verdade de Deus para aos perdidos⁵.

Observamos que o trabalho de resgate histórico se soma a outro objetivo: estimular a comunidade de fé a um envolvimento com o trabalho de difusão.

Em um momento posterior, ao falar da nova tentativa de renascimento da igreja batista no Rio Grande do Norte, realizado pelo Tenente Henrique o autor relata:

⁵ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 32, 33.

Este novo trabalho, instituído com a organização da 1ª Igreja Batista de Natal, estava fincado em boas bases. Não haveria a possibilidade de um novo fracasso. Sabendo disto, o inimigo começou a investir contra os fiéis. Logo começaram a contratar os “molequinhos” para jogarem pedras e areia no templo, quando a Igreja estava em culto. Os crentes tinham a honra de possuir um arsenal de apelido como, “Capa verde”, “Missa Seca”, “Nova Seita” e “Bodes”.⁶

A condição do autor (vinculado à igreja batista) se patenteia quando descreve a atitude dos crentes frente aos apelidos, ao considerá-los, ironicamente, como motivos de honra.

A Primeira Igreja Batista de Natal resolveu instalar-se em outro local. A mudança ocorreu em 1968. Assim o autor explica este fato: “... após constante busca da vontade de Deus, a igreja decidiu, por maioria dos votos, mudar o seu local de cultos...”.⁷ Nessa afirmativa novamente percebe-se uma dimensão de subjetividade, ao atribuir a Deus esta decisão de mudança. Na descrição sobre a possibilidade da expansão da Igreja Batista em Mossoró temos mais traços de subjetividade.

Em Mossoró, por exemplo, temos duas boas igrejas e líderes do mais alto quilate. Há, também, dois grandes centros universitários e uma presença forte de batistas neste setor, tanto docentes como discentes. Sem querer fazer nenhum presságio, esta cidade é uma das grandes esperanças batistas no futuro, como pólo do trabalho em toda vasta região oeste potiguar.⁸

No relato do autor sobre as últimas igrejas no estado podemos observar como as relações sociais e as suas concepções de vida interferem e deixam marcas em seu trabalho como vemos no parágrafo abaixo.

Um fato histórico de importância, neste tempo, foi a criação, no dia 08 de setembro de 1962, da Casa Batista da Amizade pelas missionárias Edith Waugh e Doris Penket, do Recife. A Casa Batista da Amizade tem feito um grandioso trabalho social cristão através de um programa de atividades que procura tornar conhecido Jesus Cristo entre o povo e, ao mesmo tempo, ajuda a levantar-lhe o padrão de vida. Suas atividades dependem exclusivamente de pessoas das igrejas batistas de Natal, e por isso tem sido uma grande oportunidade para servir e

⁶ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 45.

⁷ Ibid. p. 45.

⁸ Ibid. p. 72.

testemunhar de Jesus. Vários membros das igrejas batistas da Capital foram frutos do trabalho dessa Casa.⁹

Logo em seguida, na mesma página, o autor continua:

Quando os batistas potiguares preparavam-se para uma homenagem especial a ser prestada na Assembléia da Convenção Estadual em julho de 1982, pelos 10 anos do trabalho da missionária Linda Lee Crawford, um acidente brutal na rodovia que liga a cidade de Campina Grande à divisa com o Estado de Pernambuco, provocou a trágica morte das nossas queridas e dinâmicas missionárias Linda e Lois. Dirigiam-se ambas à reunião de missionários norte-americanos que se realizaria na cidade de Garanhuns – PE. Decididamente, Deus as convocou em plena área de ação. Louvado seja o seu nome. Nesta singela página, o testemunho de nossa dor e o lamento pelas irreparáveis perdas no nosso campo batista.¹⁰

Finalizando a questão da subjetividade no trabalho de Alexandre temos o último parágrafo que nos descreve o que segue: “Deus tem abençoado nosso campo de maneira maravilhosa. Lancemo-nos com prontidão e anunciemos a preciosa mensagem de Jesus Cristo hoje e sempre”.¹¹ Mas uma vez observamos a influência da posição religiosa quando, na tentativa de resgatar a história dessa comunidade, o autor procura estimular a fé e expandir o evangelho.

Não podemos esquecer que na busca de explicar o passado a tarefa de extinguir a subjetividade é árdua. O que tentamos realizar é a máxima eliminação da subjetividade.

Cabe ao historiador tentar eliminar os possíveis vestígios de subjetividade em seu trabalho. Vimos no capítulo anterior, que esta busca é o que dá possibilidade para concretizar a história como uma ciência. Quanto menos subjetiva estiver a obra, maior a probabilidade de um trabalho histórico de qualidade.

No início de seu trabalho Mário Alexandre busca explicações para a origem dos batistas através da exposição de duas teorias, a do Anabatistas e dos Separatistas.

Há quem defenda que os batistas surgiram dos Anabatistas. Quando a reforma de Lutero foi implantada em 31 de outubro de 1517, vários grupos religiosos que viviam escondidos devido às duras perseguições movidas pela Igreja Católica, vieram à tona e, entre eles, destacamos os Anabatistas (ou rebatizadores).

⁹ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 83.

¹⁰ Ibid. p. 84.

¹¹ Ibid. p. 85.

Naturalmente por sua semelhança com os batistas de hoje, sobretudo, pelo fato de batizarem apenas adultos convertidos, é que muitos defendem essa teoria. Nem todas as doutrinas do grupo Anabatistas se confundem com as doutrinas batistas. O respeitado historiador batista Robert Tobert, em seu livro "História dos Batistas", afirma que os batistas não adotaram doutrinas Anabatistas como pacifismo, o sono da alma e a necessidade de secessão apostólica para ministração do batismo. Mosheim, em sua "História da Igreja" diz: "A verdadeira origem desse grupo, que adquiriu um nome de Anabatista está escondida nas profundezas remotas da antiguidade, e é conseqüentemente difícil de ser verificada". Portanto, dizer que os batistas se originaram mesmo dos Anabatistas é uma idéia com um fundamento incerto. Devemos supor que esse grupo influenciou grandemente os primeiros batistas ingleses, por sua semelhança de nome e seu aspecto doutrinário...Os separatistas vieram da reforma da Inglaterra realizada por Henrique VIII na primeira metade do século XVII, tendo começado quando o mesmo resolveu anular o seu casamento com Catarina Aragão para casar-se com Ana Bolena. Catarina não lhe dera filhos. A Igreja Católica Romana não aceitou o pedido e o excomungou. Criou-se, então, um clima de mudança religiosa, proposto por Henrique VIII, que fez nascer a Igreja Anglicana (ou da Inglaterra).¹²

Ao realizar este comentário, ele utiliza-se de um modelo de explicação, cuja a proposta é a de ordenar os fenômenos humanos por cadeias de fenômenos semelhantes. Classificá-los por gêneros e em seguida interligados de forma a não mais existir lacunas. O autor narra variados acontecimentos de mesma espécie, para que assim possamos compreender o todo do processo referente à origem dos batistas.

Este tipo de explicação é defendido por antipositivistas tais com, Bloch¹³ e Walsh,¹⁴ que consideram este tipo de explicação a mais coerente. Para estes autores não há como se estudar o todo sem antes realizar uma separação que classifica os fatos em termos semelhantes para que possamos analisar o conjunto.

Este processo, que podemos denominar de coligação, deve ser completado por outros processos, para que a explicação histórica possa ser aperfeiçoada. Estes outros processos devem ser de um tipo quase científico, envolvendo a aplicação de princípios gerais, no entanto, deve-se considerar que também há casos particulares. Esses processos podem ser de natureza geográfica, psicológica ou de outra natureza. Contudo, como já foi citado no capítulo anterior, não podemos

¹² ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 20.

¹³ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Ed. Publicações Europa-América, 1987.

¹⁴ WALSH, W. H. **Introdução à filosofia da história**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

esquecer, que todos esses processos são de grande importância, porém nenhum deles é tão importante quanto ao estudo histórico.

A utilização de outras ciências pode ser detectada no trecho destacado abaixo, no qual ao referimos aos extremos da cidade, teremos que utilizar conhecimentos geográficos. “A expansão religiosa do catolicismo romano determinou até os limites da cidade. Para fazer esta demarcação foram utilizados símbolos religiosos, fixando cruzes nos extremos norte e sul da cidade”.¹⁵

Ao narrar sobre as últimas igrejas no Estado, Alexandre nos ajuda a compreender o porque da utilização de outras ciências para tornar inteligível o passado humano. Dados estatísticos e geográficos estão incluídos em sua explicação.

A igreja batista de Martins foi a que mais realizou batismo no ano de 1952. Foram 24 batismos, fazendo com que a igreja obtivesse um total de 101 membros. Era na época uma das maiores igrejas do estado. A bela cidade de Martins está situada num planalto de quase 800 metros acima do nível do mar, distando aproximadamente 250 milhas de Natal. Possui um clima dos melhores do estado. Nesta época, a Junta Executiva da Convenção Batista do estado resolveu adquirir preciosos imóveis naquela cidade. Um deles serviu como instalação do Instituto Teológico ou Bíblico de Martins.¹⁶

No panorama histórico e religioso do Rio Grande do Norte feito pelo autor, o modelo de explicação histórica, que se destaca continua sendo o que denominamos de coligação. Nesse processo o autor busca sempre correlacionar os fatos considerados semelhantes. O autor faz um relato de diversas religiões que neste período estavam tentando fincar seus trabalhos de divulgação em nosso Estado.

No tópico que se refere ao Instituto Batista de Natal o autor continua seu trabalho utilizando-se deste tipo de processo, no qual é realizado uma decomposição dos acontecimentos para depois relacioná-los entre si. Vejamos no texto abaixo. De início o autor separa os fatos, dando ordem cronológica para tornar a história do Instituto inteligível, e também correlaciona os fatos do Instituto com outros acontecimentos que influenciam no contexto geral:

Vê-se que o Instituto Batista do Natal, durante a sua existência, passou por três períodos distintos e podemos defini-los da seguinte maneira: **Período do**

¹⁵ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 27.

¹⁶ Ibid. p. 81.

Alicerce (1938 a 1949), onde destacaram-se as presenças do missionário John A. Tumblim e do pastor José Florêncio Rodrigues. **Período de Glória** (1949 a 1965) – neste período o protagonista foi o pastor Gabino Brelaz, que conseguiu transformá-lo em uma das maiores instituições escolares de Natal. Instalou em definitivo o Instituto na rua Meira e Sá. Ampliou as salas de aula do prédio e construiu o “Edifício Tumblim” ou Salão Nobre, como era conhecido. Criou o curso ginásial, onde conseguiu duplicar o número de estudantes matriculados. Neste período, o Instituto Batista tornou-se bastante popular. Muitos dos doutores de hoje ali aprenderam as primeiras lições. E, por fim, o **Período de Turbulência** (1965 a 1980). Com a morte do pastor Gabino Brelaz em 1965, o Instituto entrou numa fase muito difícil. A criação desordenada de novos colégios diminuiu acidentalmente o número de matriculados. Por outro lado, a crise econômica internacional que afetou e afeta nosso país, deixou a Instituição afogada em dívidas como, por exemplo, a do IAPAS. Houve, também, a crise da educação brasileira com a implantação dos cursos profissionalizantes que colocava em dificuldades aqueles colégios que não tivessem uma estrutura econômica bastante sólida, haja vista à [sic] necessidade de ampliação de natureza física e aquisição de recursos humanos especializados. O somatório destas dificuldades externas, juntamente com os problemas internos, e a falta de um educador de tempo integral na direção do mesmo, resultou no fechamento de suas portas.¹⁷

No item referente à organização do trabalho em Mossoró o modelo de explicação histórica utilizado, pelo autor, continua sendo o que denominamos de coligação. Porque na verdade neste trecho o autor narra diversos acontecimentos relativos à cidade de Mossoró, para que dessa forma o leitor compreenda o desenrolar dos trabalhos realizados para evangelizar e solidificar o trabalho da igreja batista na cidade.

Fundada no dia 9 de novembro de 1870, a cidade logo se tornou a capital do Oeste, Mossoró, derivado da palavra indígena “monxoró” é um lugar muito arraigado às tradições católicas. Porém, esta cidade tem fatos marcantes. Libertou os seus escravos antes do dia 13 de maio de 1888 e foi berço de Baraúna, herói da guerra contra Lopez. Até mesmo Lampião não conseguiu amedrontar os mossoroenses...¹⁸

Um outro processo de explicação histórica utilizada por Alexandre é o de causas e conseqüências. Esta tese foi defendida pelo filósofo historiador Marrou,¹⁹ que afirma que a explicação histórica deve ser realizada através das causas e que esse procedimento pode vir tornar

¹⁷ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 63.

¹⁸ Ibid. p. 64.

¹⁹ MARROU, H-L. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975.

o fato mais compreensivo, porém não basta apenas à investigação histórica é necessário correlacionar os desenvolvimentos dos atos coordenados entre si.

No tópico em que o autor descreve as causas do enfraquecimento que atingiu os batistas no estado, ele justifica através das seguintes causas:

As igrejas da época não tinham condições financeiras para sustentar os seus obreiros e por isso eles tinham que ganhar a vida durante os dias da semana e pregar o evangelho no domingo. Um pastor era sapateiro, outro carpinteiro, outro operário, outro lavrador, e assim por diante. No caso do RN, o pastor Panqueca tinha seus afazeres como professor público. Infelizmente, não pôde realizar um proficuo trabalho.²⁰

Em outro trecho essa exposição também pode ser observada quando o autor relata os motivos que provocaram a mudança do local de cultos em 1968.

No velho local, a igreja enfrentava sérios problemas. A cada dia a freqüência aos cultos era menor. Havia dificuldades para se trazer visitantes à igreja, pelo fato dos [sic] membros residirem em bairros distantes do centro. Nesta época, já não se realizavam cultos como antigamente, no domingo à noite. Estes motivos levaram a igreja na liderança do então pastor, missionário Roy Allen Fowler, a adquirir o templo da congregação, doado pela Missão Batista do Norte do Brasil.²¹

Continuando a análise de sua obra à luz da concepção de Marrou, observaremos um outro trecho que destaca o estudo das causas e conseqüências. Este trecho é quando o autor narra o momento do radicalismo, que resultou em uma divisão, ocorrida em 1923. O referido movimento ocorreu devido à cisão entre membros da igreja que apoiavam a influência de missionários norte-americanos e aqueles que não concordavam com esta interferência.

Não parece ter sido esse movimento uma doença passageira. A Primeira Igreja que caminhava com inúmeras dificuldades sofreu muito com o radicalismo. Muitos daqueles humildes crentes decepcionados abandonaram o Evangelho. A Primeira Igreja perdeu o apoio financeiro da missão norte-americana, o que afetou grandemente as suas finanças. Esse episódio prejudicou o desenvolvimento do trabalho batista por muito tempo. Foi a causa primária do crescimento lento da 1ª Igreja Batista do Natal. A marca do radicalismo foi, a longo prazo, a espoleta de outros acontecimentos inflamáveis. O trabalho batista

²⁰ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. *Raízes dos batistas potiguares*. Natal. Fundação José Augusto, 1984. p. 40.

²¹Ibid. p. 45.

no estado não cresceu nesse período como devia, porque quando há brigas não pode haver crescimento.²²

No decorrer do texto observaremos que estes não são os únicos métodos de explicação histórica a ser utilizados. Podemos verificar isto no texto a seguir: “Uma senhora de nome Mary Ellis, que vivia em Santa Bárbara, tomou conhecimento da vinda dos missionários ao Brasil e sentiu o desejo de convidá-los para passarem algum tempo na sua residência”.²³

Neste trecho a natureza de explicação utilizada corresponde à teoria de Collingwood,²⁴ que busca penetrar além do físico para compreender o pensamento que está por trás da ação de quem a realizou, revivendo o passado no seu próprio eu.

A explicação histórica baseada na teoria de Collingwood também pode ser observada na segunda parte de sua obra, na qual o autor traça o início do trabalho batista no Rio Grande do Norte. Na citação abaixo destacamos esse tipo de explicação:

A liderança da Igreja logo começou a preocupar-se com a intensa propaganda por parte da Igreja Católica Romana contra os protestantes. Os acontecimentos nesse período, sob o ponto de vista político ou religioso, eram favoráveis à Igreja Católica Romana. Por isso, o regime, interno da Igreja endureceu profundamente. Era necessário preservar os seus membros através de uma intensa catequese calvinista que, de imediato, foi colocada em prática.²⁵

Nesse caso, verificamos que o autor entende a necessidade, que a igreja católica observou, de preservar os seus membros através da catequese, porque ele se colocou no lugar do agente da história. O fato de o autor e o agente serem seres humanos biologicamente iguais, e possuidores de uma racionalidade, torna esse ato viável. Além disso, este é um método de explicação histórica que torna o fato inteligível. Através deste processo conseguimos esclarecer os acontecimentos históricos.

Em outros trechos esse processo de reviver o passado pode ser detectado. Um desses momentos é quando descreve-se o processo de reconciliação dos radicalistas em 1938.

²²ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 50.

²³Ibid. p. 23.

²⁴COLLINGWOOD. **A idéia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

²⁵ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. Op. cit. p. 37.

Havia, portanto, terminado o primeiro grande lamentável movimento que dividiu as igrejas batistas no Brasil. Só nos resta tirar lições desse movimento e descansar tranquilos de que não só o espírito bondoso do povo de Deus, mas o tempo haverá de convencer a todos de que a harmonia e a paz são princípios bíblicos que devem ser praticados em qualquer [sic] circunstâncias, até mesmo quando surgirem os obstáculos.²⁶

O tipo de explicação histórica baseada na teoria de Collingwood também pode ser identificado quando Alexandre explica o porquê do pastor Rodolfo Jorge não ter demonstrado interesse em resolver a questão da divisão provocada pelo radicalismo.

Ao contrário do que se imaginava, o pastor Rodolfo Jorge Bentemuller não demonstrou interesse para solucionar estes problemas. O referido pastor assumiu a liderança da igreja numa fase difícil de sua vida. Envolvido numa separação conjugal, andava triste e não gostava de conversar e de ouvir muito barulho. A situação do momento, por outro lado, exigia uma liderança pastoral de muito pulso e de uma vontade incomum para movimentar os trabalhos que se encontravam até então desativados. Mas o pastor Rodolfo Bentemuller com sua introspeção natural levou a Igreja a um estado de letargia. Já não se via interesses dos membros pelos trabalhos e problemas da Igreja.²⁷

Vejamos como Alexandre conseguiu entender o porquê dos motivos do pastor Rodolfo Jorge. Como vimos anteriormente, estamos falando de dois seres humanos, um que escreve a ação, e outro que foi o agente da ação. Os dois possuem as mesmas características biológicas. Ambos possuem a capacidade de raciocínio em determinadas conjunturas. Em outras palavras, não é necessário que o Alexandre passe pela mesma situação de separação que o pastor Jorge passou, para compreender que esse fato causou tristeza no agente da história. E que este fato veio atrapalhar seus esforços de fortalecimento na primeira Igreja em Natal.

Procurando explicar o porquê do surgimento de uma segunda Igreja Batista em Natal o autor utilizará a mesma natureza de explicação de reviver o passado. Ele compreende que o grupo se afasta da 1ª Igreja porque já não está satisfeito com os trabalhos do pastor Rodolfo. Ressaltamos que esse processo só é possível porque Alexandre compreende os motivos desse grupo; porque ele é capaz de reviver em seu espírito as razões dos indivíduos envolvidos neste

²⁶ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 51.

²⁷ Ibid. p. 51.

acontecimento. Desse modo, os fatos se tornam compreensivos, inteligíveis. “Animados com os trabalhos, os membros da 2ª Igreja Batista lançaram-se no campo da evangelização”.²⁸

Neste mesmo tópico Alexandre descreve as dificuldades e os benefícios encontrados pelos evangélicos que tentavam reanimar a igreja, após a divisão da Primeira Igreja em 1931. Este trecho é mais um que podemos destacar, no qual o autor parte de uma reflexão introspectiva para obter um conhecimento individual e direto. Ou seja, ele pensa como o agente da história para compreender o porquê da ação.

A divisão da Primeira Igreja em 1931 foi benéfica, do ponto de vista da expansão do Reino de Deus. Ao contrário, muitos irmãos criaram uma querela em função dessa divisão. Felizmente, os batistas potiguares de hoje souberam enfrentar esta dificuldade, apagando todos os resquícios que porventura restassem.²⁹

Nesta mesma linha de raciocínio, na qual o historiador revive o pensamento do agente da ação, no tópico em que o Alexandre descreve o início dos trabalhos em Mossoró encontra-se um trecho em que o autor revive a história.

De imediato, irmão José de Lemos verificou que não existia na cidade de Mossoró um trabalho genuinamente batista. Comunicando-se com os obreiros batistas do campo potiguar, decidiu iniciar ou reiniciar o trabalho, através de um ponto de pregação do Evangelho na sua própria casa, conseguindo junto à sua abnegada esposa, irmã Maria Lemos, os filhos menores, vizinhos e alguns curiosos e simpatizantes, realizar trabalhos semanais aos domingos e quintas-feiras.³⁰

No desfecho do trabalho, ao falar das novas igrejas e da 1ª Convenção da Igreja Batista, Alexandre continua a utilizar o método de explicação histórica, defendida por Collingwood. Nessa teoria ele tenta compreender o acontecimento histórico revivendo a ação em seu próprio espírito. Dessa forma, o autor consegue entender o porquê das atitudes e das conseqüências que determinada ação do agente da história tomou. Vejamos neste texto abaixo:

²⁸ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. *Raízes dos batistas potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 53.

²⁹ Ibid. p. 54.

³⁰ Ibid. p. 64.

A realização desta primeira Convenção foi um marco importante na história batista potiguar. Até então, o trabalho não era autônomo. Todos os estudos e projetos que eram idealizados e algumas vezes executados vinham de fora e, conseqüentemente, estavam defasados de nossa realidade. As próprias igrejas e pastores se acomodaram em face dessa situação durante longos anos, refletindo assim um período de pouco progresso e falta de visão das nossas dificuldades e potencialidades.³¹

Este capítulo teve como objetivo utilizar os conhecimentos adquiridos na primeira parte deste trabalho, buscando analisar a obra de Alexandre na tentativa de compreender como os conceitos de subjetividade se encaixam em seu trabalho. Além de tentar entender como as teses sobre a natureza da explicação histórica podem ser aplicadas em seu livro. Pretendemos identificar, através de uma análise detalhada, quais os modelos de explicação empregados no mesmo, destacando em que ponto cada um pode ser observado.

³¹ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 77.

CONCLUSÃO

Conseguimos concluir neste trabalho que o ofício do historiador não consiste num simples ato de narrar os acontecimentos históricos. Existe uma complexa problemática no tocante à metodologia aplicada. Para compreendermos essa metodologia necessitamos recorrer à filosofia. Talvez por isso, muitos historiadores banalizam essa análise, por entenderem que essa tarefa cabe muito mais ao filósofo do que propriamente ao historiador. No entanto, no desenrolar desse trabalho, chegamos a conclusão de que, na verdade, este é uma tema de suma importância para o entendimento do trabalho do historiador. Ou seja, não basta apenas ser um simples espelho do objeto do estudo, que apenas reflete o objeto. Até mesmo porque essa atitude é inviável.

Utilizamos a filosofia como suporte, na tentativa de responder questões, como a objetividade e subjetividade na ciência histórica. Em resposta a esta questão descobrimos que a ciência histórica, diferentemente de outras ciências, possui características peculiares. Tanto é objetiva como também subjetiva. Ela é objetiva porque temos um objeto de estudo concreto que é o passado humano, e subjetiva porque é construída por um ser humano passível de subjetividade. Essa subjetividade é uma característica que dificilmente conseguimos eliminar no trabalho do historiador. Então, na verdade, o que tentamos fazer é eliminá-la ao máximo possível, para que dessa forma, o trabalho tenha características mais adequadas a uma ciência que busca tornar inteligíveis os acontecimentos do passado. Cabe ao historiador a missão de eliminar em grande grau essa subjetividade, quanto menos subjetivo for seu trabalho mais qualificado ele será.

A natureza da explicação histórica foi um outro ponto do primeiro capítulo, no qual relacionamos os principais tipos de explicação histórica defendidos por autores como: Marrou,¹ Bloch,² Collingwood.³ Também procuramos estudar alguns autores que comentaram essas teses como Dray,⁴ Rocha,⁵ Walsh,⁶ entre outros. Essa análise nos deu embasamento científico, para analisarmos, num segundo momento, uma obra que aborda a

¹ MARROU, H-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975.

² BLOCH, Marc. *Introdução à história*.: Publicações Europa-América, 1987.

³ COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

⁴ DRAY, Willian H. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

⁵ ROCHA, Filipe. *Teorias sobre a história*. Braga (Portugal): Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.

⁶ WALSH, W.H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

origem dos batistas no Rio Grande do Norte, intitulada de *Raízes dos Batistas Potiguares*. Esta obra foi escrita por Mario Jesiel Oliveira Alexandre,⁷ membro, na época, da Igreja Batista em Natal. Conseguimos detectar em sua obra diversos traços de subjetividade, além de destacar as várias naturezas da explicação histórica.

A análise da obra de Alexandre nos mostrou que no trabalho do historiador utilizamos não apenas uma forma de explicação, mas um conjunto delas. Uma completando a outra. Porque na verdade a utilização de apenas uma forma de explicação não é suficiente para a realização de um trabalho de qualidade.

⁷ ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. *Raízes dos batistas potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **Raízes dos batistas potiguares**. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

BLOCH, Marc. **Introdução a história**. 5. ed. [S.l.]: Publicações Europa-América, 1987.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Tradução de Alberto Freire. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1988.

DRAY, William H. **Filosofia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARROU, H-L. **Do conhecimento histórico**. Tradução de Ruy Belo. 4. ed. Lisboa (Portugal): Martins Fontes, 1975.

ROCHA, Filipe. **Teorias sobre a história**. Braga (Portugal): Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982. (Col. Cursos Universitários).

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Lisboa (Portugal): Editorial Estampa, 1988. (Impresa Universitária).

WALSH, W. H. **Introdução à filosofia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.